

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para regularizar dívidas com o Fisco começa hoje 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fisco inicia programa para quitação de dívida 4

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para quitação de dívidas começa hoje 5

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita abre programa para pagar dívidas sem juros 6

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Contribuintes podem regularizar 7

GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ano começa com novo mínimo, alta de impostos e as novas regras do rotativo 8

BOM DIA FEIRA - FEIRA DE SANTANA - BA
ANFIP

Salário mínimo, impostos dos combustíveis, arcabouço: o que muda a partir desta segunda
(Economia) 9

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Diferenças entre reajustes 13

PORTAL R7 - NACIONAL
ANFIP

Nova tabela do Imposto de Renda e taxaço de veículos eletrificados e painéis solares
começam a valer 14

O ESTADO - FORTALEZA - CE - NACIONAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Saiba o que fazer para evitar o bloqueio do Bolsa Família 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Secretaria propõe foco em "qualidade" do gasto 18

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - OPINIÃO PÚBLICA
SEGURIDADE SOCIAL

Regras para requerer o seguro desemprego são atualizadas 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O desafio de aprovar a reforma do ir é que há problema de "janela" 21

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projetos e planos para além de 2024.....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS ECONOMIA	
Reajuste do plano de saúde para empresa deve ser de 25%.....	24
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS ECONOMIA	
Comércio prevê prejuízo um pouco menor em 2024.....	26
DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Indústria do Brasil aposta em melhor desempenho em 2024.....	27
JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - PAIS/MUNDO ECONOMIA	
Prévia da inflação fecha 2023 com alta de 4,72%.....	29
AGÊNCIA BRASIL - ECONOMIA SAQUE ANIVERSÁRIO	
Saque-aniversário do FGTS em 2024 já está disponível.....	30
JORNAL NH - NOVO HAMBURGO - RS - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governo anuncia reoneração da folha.....	32
A GAZETA - MT - ECONOMIA - PAÍS ECONOMIA	
MP que eleva a arrecadação é rejeitada.....	33
DIÁRIO DA MANHÃ - GO - GERAL ECONOMIA	
Lula conclui 20% das promessas em 1º ano; 48% estão paradas.....	34
O ESTADO - FORTALEZA - CE - ÚLTIMAS ECONOMIA	
Planejamento: como vencer as dívidas em 2024.....	36
CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Planejamento financeiro garante as férias.....	37

Prazo para regularizar dívidas com o Fisco começa hoje

A partir de hoje, está aberto o prazo de adesão de pessoas físicas e jurídicas ao programa de Autorregularização Incentivada de **Tributos**, da **Receita Federal**, em que dívidas podem ser pagas sem multas e sem juros. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 29 de dezembro com o objetivo de incentivar os contribuintes a regularizarem débitos tributários administrados pela **Receita Federal**, evitando autuações e litígios tributários.

A adesão pode ser feita até 1º de abril.

"Essa iniciativa busca proporcionar benefícios significativos aos contribuintes, incentivando a autorregularização de débitos fiscais, contribuindo para a estabilidade econômica e fiscal do país", informou a nota da Receita em sua página da internet.

Segundo o órgão ligado ao Ministério da Fazenda, podem ser incluídos na autorregulação **tributos** que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização, e **tributos** constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 até 1º de abril de 2024.

"A iniciativa abrange todos os **tributos** administrados pela **Receita Federal**, incluindo créditos tributários decorrentes de auto de infração, de notificação de lançamento e de despachos decisórios que não homologuem, total ou parcialmente, a declaração de compensação", destacou o **comunicado** do Fisco.

A dívida consolidada pode ser liquidada com redução de 100% das multas e dos juros, sendo necessário o pagamento de 50% da dívida como entrada, com o restante parcelado em até 48 prestações mensais.

Quem não aderir ao programa estará sujeito a multas de mora de 20%.

Formalização Para aderir à autorregularização incentivada de **tributos**, o contribuinte precisa fazer um pedido por meio do Portal e-CAC, da **Receita Federal**.

Durante a análise do requerimento, a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa.

A aceitação implica confissão extrajudicial irrevogável da dívida.

O contribuinte pode utilizar créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL), limitados a 50% do valor da dívida consolidada.

A utilização desses créditos está condicionada à confissão da dívida pelo devedor.

O devedor será excluído do programa em caso de inadimplência com três parcelas consecutivas, seis alternadas ou uma parcela, estando pagas todas as demais.

De acordo com a Receita, a autorregularização incentivada não se aplica a débitos apurados no âmbito do Simples Nacional.

O órgão também informa que a redução das multas e juros não será computada na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), CSLL, Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS-Pasep) e Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins).

100% Taxa máxima para a redução de multas e juros para pagamento de metade da dívida à vista

Fisco inicia programa para quitação de dívida

Começa hoje o período de adesão de pessoas físicas e jurídicas ao programa de Autorregularização Incentivada de **Tributos**, da **Receita Federal**, em que dívidas podem ser pagas sem multas e juros. O objetivo é incentivar os contribuintes a regularizar débitos tributários administrados pela Receita.

Segundo o órgão, podem ser incluídos **tributos** que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização, e **tributos** constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 e 1.º de abril de 2024, prazo final para adesão.

A dívida pode ser liquidada com redução de 100% de multas e juros, sendo necessário o pagamento de 50% como entrada e o restante parcelado em até 48 mensalidades. Quem não aderir ao programa estará sujeito a multas de mora de 20%. A autorregularização incentivada abrange todos os **tributos** administrados pela **Receita Federal**.

Para aderir à autorregularização de **tributos**, o contribuinte precisa fazer um pedido por meio do portal e-CAC, da **Receita Federal**. A aceitação implica confissão extrajudicial irrevogável da dívida.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Prazo para quitação de dívidas começa hoje

A **Receita Federal** abrirá prazo para que pessoas físicas e jurídicas se cadastrem a partir de hoje no programa Autorregularização Incentivada de **Tributos**, que permite a quitação de dívidas tributárias sem juros e multa e com parcelamento. O prazo de cadastramento vai até 1º de abril de 2024.

A iniciativa abrange todos os **tributos** administrados pela **Receita Federal**. A instrução normativa com as regras do programa foi publicadas no Diário Oficial da União do último dia 29 de dezembro.

"A autorregularização incentivada abrange todos os **tributos** administrados pela RFB, incluídos os créditos tributários decorrentes de auto de infração, de notificação de lançamento e de despachos decisórios que não homologuem, total ou parcialmente, a declaração de compensação", diz a medida publicada no Diário Oficial.

Para que tenha acesso ao benefício, o contribuinte deverá confessar a dívida por meio da "entrega ou retificação das declarações correspondentes ou, excepcionalmente, mediante cadastramento do débito apenas nas situações a que se aplica". Podem ser incluídas no programa dívidas constituídas entre 30 de novembro de 2023 até 1º de abril de 2024.

De acordo com a instrução, a dívida pode ser quitada com a diminuição de 100% de multas e juros, mas com o pagamento de no mínimo 50% do débito de entrada. O resto pode ser parcelado em até 48 prestações.

A pessoa física ou jurídica deverá fazer requerimento via abertura de processo digital no Portal do Centro Virtual de Atendimento-Portal e-CAC. O contribuinte precisa acessar a aba "Legislação e Processo" e acessar o serviço "Requerimentos Web", disponível no site da **Receita Federal**, no endereço <https://go.v.br/receitafederal>.

O requerimento precisa ter: a indicação dos créditos tributários que a pessoa visa regularizar, o valor da entrada e o número de prestações desejadas. Débitos de empresas incluídas no Simples Nacional não podem ser alvo do programa.

Já pessoas jurídicas podem usar créditos de precatórios e de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para quitar a dívida.

O programa Autorregulação Incentivada de **Tributos** tem origem em projeto de lei de autoria do senador Otto Alencar (PSD-BA), aprovado em setembro na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE). A lei foi sancionada em 29 de novembro e tinha 90 dias para entrar em vigor.

sistema tributário As propostas do governo federal de mudanças no sistema tributário voltarão a ter protagonismo na agenda econômica em 2024. A aprovação dessas pautas no próximo ano dependerá, porém, do ritmo do Congresso no ano de eleições municipais.

O texto da **reforma tributária** aprovado em 2023 já traz um cronograma para envio de projetos de lei sobre três temas. Ou seja, os prazos estão agora previstos na Constituição.

De acordo com o texto constitucional, o Poder Executivo deverá encaminhar ao Congresso Nacional em até 90 dias após a promulgação da reforma um projeto de lei que trate da tributação da renda.

Esse texto deve tratar do fim da isenção de Imposto de Renda na distribuição de lucros e dividendos das empresas para pessoas físicas.

Há também a expectativa de uma nova correção na tabela do IR.

Também estava determinado que o governo enviasse até março projeto de lei reformando a tributação da folha de salários. O anúncio dessa proposta, contudo, foi antecipado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que editou uma medida provisória (MP) prevendo a reoneração gradual da folha de pagamentos.

O Executivo terá ainda de enviar, até meados de junho, os projetos de lei que vão tratar dos detalhes da **reforma tributária** que trata dos **impostos** e contribuições sobre o consumo. A ideia é fazer isso até abril.

A proposta aprovada em dezembro faz 74 menções à necessidade de lei complementar para regulamentar o sistema de tributação que começa a entrar em vigor em 2026 (Da Folhapress)

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-3f79a9566332ca2ddca3367b61ede6a8.pdf

Receita abre programa para pagar dívidas sem juros

SÃO PAULO

Começa hoje o período de adesão de pessoas físicas e jurídicas ao programa de Autorregularização Incentivada de **Tributos**, da **Receita Federal**, em que dívidas podem ser pagas sem multas e sem juros.

A medida foi publicada no Diário Oficial da União na última sexta-feira com o objetivo de incentivar os contribuintes a regularizarem débitos tributários administrados pela **Receita Federal**, evitando autuações e litígios tributários.

"A iniciativa busca proporcionar benefícios significativos aos contribuintes, incentivando a autorregularização de débitos fiscais, contribuindo para a estabilidade econômica e fiscal do País", diz a Receita Segundo a Receita, podem ser incluídos **tributos** que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, inclusive em relação aos quais já tenha sido iniciado procedimento de fiscalização, e **tributos** constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 a 1º de abril deste ano, data limite para a adesão.

A dívida consolidada pode ser liquidada com redução de 100% das multas e juros, sendo necessário o pagamento de 50% da dívida como entrada, com o restante parcelado em até 48 prestações mensais. Quem não aderir ao programa estará sujeito a multas de mora de 20%. A autorregularização incentivada abrange todos os **tributos** administrados pela Receita.

Para aderir à autorregularização incentivada de **tributos**, o contribuinte precisa fazer um pedido por meio do Portal e-CAC.

Durante a análise do requerimento, a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa A aceitação implica em confissão extrajudicial irrevogável da dívida. O contribuinte pode utilizar créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), limitados a 50% do valor da dívida consolidada.

FACHADA DA RECEITA: incentivo a autorregularização de débitos"

Contribuintes podem regularizar

Começa nesta terça-feira o período de adesão de pessoas físicas e jurídicas ao programa de Autorregularização Incentivada de **Tributos**, da **Receita Federal**, em que dívidas podem ser pagas sem multas e sem juros. A medida tem o objetivo de incentivar a regularização dos débitos tributários administrados pela Receita, evitando autuações e litígios.

Podem ser incluídos **tributos** que não tenham sido constituídos até 30 de novembro de 2023, os que tenham iniciado procedimento de fiscalização, e **tributos** constituídos no período entre 30 de novembro de 2023 até 1º de abril de 2024. A adesão pode ser feita até o dia 1º de abril.

A dívida consolidada pode ser liquidada com redução de 100% das multas e juros, sendo necessário o pagamento de 50% da dívida como entrada, com o restante parcelado em até 48 prestações mensais. Quem não aderir ao programa estará sujeito a multas de mora de 20%. Para aderir, o contribuinte precisa fazer um pedido por meio do Portal e-CAC, da **Receita Federal**.

Durante a análise do requerimento, a exigibilidade do crédito tributário fica suspensa.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-122915b6774a4467be946ddae541af52.pdf

Ano começa com novo mínimo, alta de impostos e as novas regras do rotativo

G1

O ano de 2024 começou com uma série de mudanças econômicas, que terão impacto direto no bolso do brasileiro. E também há alterações em regras que envolvem as contas do governo federal. Entre as medidas que começam a vigorar a partir do primeiro dia do ano, estão o reajuste no valor do salário mínimo e a incidência de **impostos** sobre combustíveis e gás de cozinha.

Algumas mudanças ainda dependem de regulamentação para valer - caso da **reforma tributária** - e outras ainda precisam ser enviadas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Nacional, a exemplo das modificações no imposto de renda.

SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo será de R\$ 1.412 em 2024 - o que representa um aumento de R\$ 92 sobre o mínimo de R\$ 1.320 em 2023. O aumento passa a valer em 1º de janeiro e serve de base para outros benefícios, como seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Pela Constituição, o salário mínimo precisa ser periodicamente reajustado de forma a manter o poder de compra das pessoas. Ou seja, deve ser reajustado ao menos pela **inflação**.

No entanto, em 2023, o governo Lula retomou a política de valorização do salário mínimo. O cálculo do aumento passou a incluir o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores. Com isso, o salário mínimo passa a ter ganho real, ou seja, acima da **inflação**.

Segundo dados de maio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), um a cada quatro brasileiros têm o salário mínimo como referência. São 54 milhões de pessoas.

COMBUSTÍVEIS E GÁS DE COZINHA

Os **impostos** federais sobre o diesel, biodiesel e gás de cozinha aumentam a partir desta segunda-feira (1º), com a perda de vigência das medidas que zeraram os **tributos** ao longo de 2023.

Veja quanto aumenta, em valores aproximados: diesel A : R\$ 0,35 por litro; biodiesel: R\$ 0,15 por litro; diesel B (mistura do diesel A e biodiesel, vendido nos postos): R\$ 0,33 por litro; gás de cozinha: R\$ 2,18 por botijão de 13 Kg.

No último dia 26, a Petrobras reduziu o preço do diesel nas refinarias em R\$ 0,30 por litro para compensar a alta na tributação. O governo não prevê novas medidas para reduzir os **impostos** federais sobre os combustíveis em 2024.

ROTATIVO NO CARTÃO

As regras do rotativo do cartão de crédito vão mudar a partir de quarta-feira (3): o valor total cobrado pelos bancos em juros no cartão de crédito rotativo não poderá exceder o valor original da dívida.

Ou seja, no caso de uma dívida de R\$ 100 no cartão de crédito, não poderá ser cobrado um valor superior a R\$ 200 (juros + valor original).

Em outubro, o governo sancionou uma lei que limita o rotativo. O texto deu 90 dias para os agentes do mercado apresentarem uma proposta alternativa para limitar as taxas ao Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Banco Central.

Na falta de um acordo entre bancos, varejistas e operadoras de maquininhas, passa a valer o limite estabelecido em lei.

Salário mínimo, impostos dos combustíveis, arcabouço: o que muda a partir desta segunda (Economia)

No primeiro dia do ano, salário mínimo passa de R\$ 1.320 para R\$ 1.412. **Tributos** federais nos combustíveis sobem. Novas regras para o rotativo do cartão entram em vigor na próxima quarta.

O ano de 2024 inicia nesta segunda-feira (1º) com uma série de mudanças econômicas, que terão impacto direto no bolso do brasileiro. E também há alterações em regras que envolvem as contas do governo federal.

Entre as medidas que começam a vigorar a partir do primeiro dia do ano, está o reajuste no valor do salário mínimo e a incidência de **impostos** sobre combustíveis e gás de cozinha.

Algumas mudanças ainda dependem de regulamentação para valer - caso da **reforma tributária** - e outras ainda precisam ser enviadas pelo governo e aprovadas pelo Congresso Nacional, a exemplo das modificações no imposto de renda.

Veja algumas dessas mudanças:

Salário mínimo

O salário mínimo será de R\$ 1.412 em 2024 - o que representa um aumento de R\$ 92 sobre o mínimo de R\$ 1.320 em 2023.

O aumento passa a valer em 1º de janeiro e serve de base para outros benefícios, como seguro-desemprego e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Pela Constituição, o salário mínimo precisa ser periodicamente reajustado de forma a manter o poder de compra das pessoas. Ou seja, deve ser reajustado ao menos pela **inflação**.

No entanto, em 2023, o governo Lula retomou a política de valorização do salário mínimo. O cálculo do aumento passou a incluir o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores. Com isso, o salário mínimo passa a ter ganho real, ou seja, acima da **inflação**.

Segundo dados de maio do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), um a cada quatro brasileiros têm o salário mínimo como referência. São 54 milhões de pessoas.

Combustíveis e gás de cozinha

Os **impostos** federais sobre o diesel, biodiesel e gás de cozinha aumentam a partir desta segunda-feira (1º), com a perda de vigência das medidas que zeraram os **tributos** ao longo de 2023.

Veja quanto aumenta, em valores aproximados:

diesel A: R\$ 0,35 por litro;

biodiesel: R\$ 0,15 por litro;

diesel B (mistura do diesel A e biodiesel, vendido nos postos): R\$ 0,33 por litro;

gás de cozinha: R\$ 2,18 por botijão de 13 Kg.

No último dia 26, a Petrobras reduziu o preço do diesel nas refinarias em R\$ 0,30 por litro para compensar a alta na tributação. O governo não prevê novas medidas para reduzir os **impostos** federais sobre os combustíveis em 2024.

A redução dos **impostos** federais foi autorizada no governo de Jair Bolsonaro (PL), para amenizar a alta no preço dos combustíveis, pressionados pelo valor do petróleo no mercado internacional.

Em 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) manteve a redução, mas começou a elevar os **impostos** para a gasolina e o etanol em fevereiro.

Já o aumento do diesel chegou a acontecer em setembro, mas a medida provisória que definia a retomada perdeu validade e as alíquotas voltaram a zero até 31 de dezembro de 2023.

Rotativo no cartão

As regras do rotativo do cartão de crédito vão mudar a partir de quarta-feira (3): o valor total cobrado pelos

bancos em juros no cartão de crédito rotativo não poderá exceder o valor original da dívida.

Ou seja, no caso de uma dívida de R\$ 100 no cartão de crédito, não poderá ser cobrado um valor superior a R\$ 200 (juros valor original).

Em outubro, o governo sancionou uma lei que limita o rotativo. O texto deu 90 dias para os agentes do mercado apresentarem uma proposta alternativa para limitar as taxas ao Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio do Banco Central.

Na falta de um acordo entre bancos, varejistas e operadoras de maquininhas, passa a valer o limite estabelecido em lei.

Segundo os dados mais recentes do Banco Central, os juros do rotativo foram de 431,6% em outubro. O maior valor foi alcançado em maio: 454% ao ano.

Regulamentação da reforma tributária

A reforma tributária sobre o consumo foi promulgada pelo Congresso Nacional em dezembro, após décadas de discussão no Legislativo.

A proposta prevê a substituição de cinco tributos que existem hoje (PIS, Cofins, ISS, ICMS e IBS) por dois Impostos sobre Valor Agregado (IVAs) - um de competência federal e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios.

Os princípios do novo modelo já estão assegurados pela Constituição, como o fim da cumulatividade de tributos (cada setor paga o seu imposto, se creditando do que foi pago na etapa anterior), e a cobrança dos impostos no destino (onde bens e serviços são consumidos, não mais onde são produzidos - como ocorre hoje).

Porém, vários pontos ainda precisam ser regulamentados, por meio de projetos de lei. Dentre eles,

qual será a alíquota dos futuros impostos;

quais itens serão incluídos na cesta básica, que contará com isenção dos futuros impostos;

quais produtos e serviços poderão contar com as alíquotas reduzidas já previstas na reforma tributária;

quais produtos terão cobrança do imposto seletivo - apelidado de imposto do pecado -, criado para desestimular produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A reforma estabelece um prazo de 180 dias, a partir da data de promulgação do texto (ou seja, até junho), para o governo enviar os projetos para análise do Legislativo.

Segundo cronograma da Fazenda, essa fase de regulamentação será concluída até 2025. Ou seja, até lá todos os pontos pendentes de regulamentação já estariam aprovados pelo Congresso Nacional.

Em 2026, tem início a transição dos atuais impostos para o modelo de Imposto sobre Valor Agregado (IVA). Em 2033, o novo sistema já estará integralmente em vigor.

Mudanças no imposto de renda

A reforma tributária estabelece um prazo de 90 dias contados, contados a partir da promulgação do texto (ou seja, até março), para o governo enviar ao Congresso Nacional mudanças na taxa sobre a renda.

A área econômica ainda não divulgou sua proposta, mas entre os temas debatidos nos últimos anos e que podem ser objeto de mudança, estão:

taxação da distribuição de lucros e dividendos das empresas para as pessoas físicas;

alíquotas maiores do IR para quem ganha mais; e

mudanças no limite de isenção para pessoas físicas - em 2023, o governo aumentou a faixa de isenção de R\$ 1.903,98 para R\$ 2.112 e estabeleceu que quem ganha até R\$ 2.640 está isento do pagamento do imposto.

Segundo especialistas, essa será uma oportunidade para corrigir distorções e promover mais justiça no sistema de impostos brasileiro.

Levantamento da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) mostra que se a tabela do Imposto de Renda fosse corrigida considerando o acumulado da inflação até dezembro de 2023, quase 13,8 milhões de pessoas passariam a ser isentas.

No início do mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) defendeu isentar do Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5 mil.

Arcabouço fiscal

Em 2024, as contas do governo federal devem respeitar as regras do arcabouço fiscal, aprovadas pelo Congresso Nacional em 2023.

O novo arcabouço substituiu o teto de gastos - regra que estava em vigor desde 2017 e que limitava o crescimento da maior parte das despesas públicas à **inflação**.

Agora, a nova regra prevê que os gastos podem crescer acima da **inflação**, entenda:

as despesas públicas vão poder crescer acima da **inflação**, mas respeitando uma margem de 0,6% a 2,5% de crescimento real ao ano; e

se as contas estiverem dentro da meta, o crescimento de gastos terá um limite de 70% do crescimento das receitas primárias. Caso o resultado primário fique abaixo da meta, o limite para os gastos cai para 50% do crescimento da receita;

mas há um intervalo de tolerância para o resultado das contas públicas, de 0,25% do **PIB** para mais ou para menos. Exemplo: em 2024, por exemplo, a meta central é de um 'déficit zero', mas o governo pode registrar um déficit primário (sem contar os juros da dívida pública) de até 0,25% do **PIB** sem que a meta seja descumprida.

Equilíbrio das contas

A meta de equilibrar as contas públicas em 2024 consta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), e no Orçamento (LOA) - a intenção foi enviada pelo Executivo e aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2023.

Esse equilíbrio é chamado de déficit zero porque significa que as receitas serão iguais às despesas, ou seja, será gasto apenas o que for arrecadado, sem aumento na dívida pública.

Apesar de constar nas leis orçamentárias, o atingimento da meta ainda é considerado incerto por especialistas, principalmente, por conta da dependência de aumento de arrecadação no próximo ano. Serão necessários R\$ 168 bilhões em receitas.

O governo enviou e o Congresso aprovou algumas ações para aumentar a receita em 2024, como a tributação de apostas eletrônicas em jogos esportivos e de offshores (investimentos no exterior), e novas regras de tributação de incentivos fiscais concedidos por estados no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) - medida que sozinha pode render mais R\$ 35 bilhões aos cofres públicos.

Na reta final de 2023, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou mais medidas para zerar o déficit em 2024. O governo vai extinguir

gradativamente o Perse (programa para o setor de eventos, criado na pandemia), e limitar o abatimento de créditos tributários acima de R\$ 10 milhões pelas empresas.

Selic e Copom

A taxa básica de juros da economia, a Selic, está no patamar de 11,75% ao ano.

Nas últimas quatro reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, o colegiado decidiu reduzir a Selic em 0,5 ponto percentual e sinalizou que os cortes na taxa podem continuar nesse mesmo ritmo nos próximos encontros.

A próxima reunião do grupo está marcada para os dias 30 e 31 de janeiro de 2024. Ao longo de 2024, serão oito reuniões do Copom.

A projeção mais recente do mercado financeiro é que o juro básico da economia vai terminar 2024 em 9% ao ano.

A Selic é o principal instrumento de política monetária utilizado pelo BC para controlar a **inflação**. A taxa influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.

Para 2024, a meta de **inflação** é de 3% e será considerada cumprida se oscilar entre 1,5% e 4,5%.

A última estimativa de economistas do mercado financeiro aponta que a **inflação** no próximo ano deve ficar em 3,91% - dentro do intervalo de tolerância.

Apostas esportivas

No sábado (30), Lula sancionou a lei das apostas esportivas online, chamadas de bets. A legislação regulamenta essa modalidade de apostas no Brasil.

O texto é uma das medidas encaminhadas pelo Ministério da Fazenda para elevar a arrecadação em 2024, possibilitando o atingimento da meta de déficit zero. Segundo os cálculos iniciais do governo, serão arrecadados R\$ 10 bilhões.

A lei estipula uma taxa de R\$ 30 milhões para uma empresa de apostas online obter a licença de operação e atuar no Brasil. Só poderão atuar no setor empresas formadas segundo a legislação brasileira, com sede e administração no país.

Falta ainda a publicação, pelo Ministério da Fazenda, da norma que regulamenta o pedido de autorização.

Além disso, a lei proíbe menores de 18 anos de fazer apostas e veda a participação de:

proprietários e pessoas que trabalham em empresas de apostas;

agentes públicos ligados à regulamentação e à fiscalização do mercado de apostas;

pessoas que tenham acesso ao sistema informatizado de apostas;

pessoas que tenham ou possam ter influência sobre o resultado de jogos, como dirigentes esportivos, árbitros e atletas;

pessoas diagnosticadas com ludopatia, que é a compulsão por jogos de azar.

Licitações Públicas

A partir de janeiro, as contratações públicas passam a ser regidas, obrigatoriamente, pela Nova Lei de Licitações. No sábado (30), as três leis que tratavam dos processos de contratação pública foram revogadas e a Nova Lei de Licitações se tornou o rito obrigatório.

A legislação foi publicada em 2021, depois de oito anos de discussão no Congresso, e trata dos processos administrativos obrigatórios para a compra de bens e serviços pelos:

governos federal, estadual e municipal;

poderes Legislativo e Judiciário nas três esferas, quando em função administrativa;

além de outras entidades públicas, como, por exemplo, autarquias.

Segundo o governo, o texto apresenta diversas inovações que promovem a eficiência e a racionalidade processual, a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis .

Entre as principais mudanças estão a dispensa de licitações em alguns casos, mecanismos para promover mais transparência e penalidades para crimes em licitações.

Informações G1

Site: <https://bomdiafeira.com.br/noticias/65214/sal-rio-m-nimo-impuestos-dos-combust-veis-arcabou-o-o-que-muda-a-partir-desta-segunda.html>

Diferenças entre reajustes

» **HENRIQUE LESSA**

Desde ontem, o trabalhador e o aposentado brasileiro passaram a receber, o novo valor salário mínimo, de R\$ 1.412, conforme o decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última quinta-feira. Contudo, o reajuste de 6,85% aplicado ao piso salarial nacional não será o mesmo a ser concedido aos demais aposentados e pensionistas que ganham acima desse valor, pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A expectativa é de que a correção desses beneficiários fique em 3,85%, taxa estimada para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 2023. No entanto, a variação do indicador de **inflação** das famílias mais pobres, com renda familiar mensal de até cinco salários mínimos, só será conhecida no próximo dia 11, quando o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará, também, os dados da **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de dezembro de 2023.

A diferença ocorre em função da nova regra de valorização do mínimo, que voltou a vigorar no ano passado e considera dois índices para a formação do cálculo: a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 12 meses até novembro; e o índice de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) dos dois anos anteriores.

Além do salário dos trabalhadores, aposentadorias e pensões, o mínimo serve como referência para uma série de outros programas como o recolhimento de contribuições para os microempreendedores individuais (MEIs). O novo valor também altera o piso recebido no seguro-desemprego, no Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas), assim como no abono salarial do PIS/Pasep.

Também foram alterados os valores máximos para o ingresso de famílias no Cadastro Único (CadÚnico), sistema de benefícios sociais do governo, e no teto dos valores que podem ser discutidos nas varas de Juizados Especiais Cíveis.

MEIs Os microempreendedores individuais (MEIs) recolhem 5% sobre o valor do salário mínimo ao **INSS**. Com o novo piso, a contribuição mensal passa de R\$ 66 para R\$ 70,60.

Seguro-desemprego O trabalhador dispensado que

cumpra os requisitos para a solicitação do seguro-desemprego também recebe ao menos o valor do novo piso nacional quando está enquadrado na primeira faixa do benefício. A quantia recebida varia entre o salário mínimo e o teto do programa - calculado com base na média dos três últimos salários pagos pelo empregador.

BPC/Loas O Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) gerenciado pelo **INSS** é repassado a idosos com 65 anos ou mais, que não tenham condições de prover a sua subsistência, ou a pessoa com deficiência incapacitante, independentemente da idade. O beneficiário terá direito ao valor do piso nacional, desde que a renda familiar por pessoa não ultrapasse 25% do novo mínimo nacional (R\$ 353).

Abono do PIS/Pasep O abono salarial do PIS/Pasep é um benefício concedido a trabalhadores com carteira assinada e a **servidores públicos** que tenham trabalhado ao menos um mês com registro formal, com rendimentos médios de até dois salários mínimos, no ano de referência.

O valor do abono a ser pago também tem como base o novo mínimo, de R\$ 1.412. O cálculo é realizado a partir do número de meses trabalhados, sendo o mínimo de R\$ 110 para quem desempenhou apenas 30 dias de função remunerada.

CadÚnico É o sistema que possibilita a entrada no Bolsa Família e nos demais programas sociais do governo.

Para a inclusão no sistema é necessário considerar as famílias beneficiadas como de baixa renda. Para regra de ingresso é adotado o cálculo de até meio salário mínimo por pessoa, por domicílio. Com o novo mínimo, o corte passa de R\$ 660 para R\$ 706 por pessoa, ou uma renda familiar total de até três salários mínimos, que reajustada passa para R\$ 4.236.

Justiça Com a atualização do salário mínimo também mudam os valores máximos para se discutir indenizações em Juizados Especiais Cíveis. Na Justiça comum, o valor máximo admitido é de 40 salários mínimos.

Ou seja, o limite sobe de R\$ 52.800 para R\$ 56.480. Já nos Juizados Especiais da Justiça Federal, que trabalham com o limite de 60 mínimos, o valor passou para R\$ 84.720.

Nova tabela do Imposto de Renda e taxaço de veículos eletrificados e painéis solares começam a valer

Brasília

*/
Laísa Lopes e Plínio Aguiar, do R7, em Brasília*

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Laísa Lopes e Plínio Aguiar, do R7, em Brasília

Passa a valer a partir desta segunda (1º) uma série de leis promulgadas pelo governo federal, entre elas a que trata sobre o retorno do imposto de importação sobre carros elétricos, híbridos e híbridos plug-in. Essa medida vai custear iniciativas criadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final de dezembro, como o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) e a destinação de R\$ 3,4 bilhões para estimular setores da economia a investirem em máquinas e equipamentos novos.

O programa Mover substitui o antigo Rota 2030 e segue os objetivos da neointustrialização, trazendo os requisitos para comercialização e importação de novos veículos no Brasil e prevendo incentivos fiscais ao setor de mobilidade.

A outra medida é um projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional que prevê a destinação de R\$ 3,4 bilhões para estimular setores da economia a investirem em máquinas e equipamentos novos. O objetivo é promover a chamada "depreciação acelerada", possibilitando que as empresas antecipem o abatimento do valor da aquisição do bem.

Pelo projeto, as empresas que investirem nesses equipamentos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2024 poderão realizar metade do abatimento nas declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(CSLL) no primeiro ano e a outra metade no ano seguinte. Em condições normais, esses valores podem ser abatidos em até 25 anos, de acordo com a depreciação do bem.

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

O Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior aprovou em dezembro duas alterações que vão beneficiar a produção nacional de módulos fotovoltaicos e de aerogeradores. No caso da energia solar, decidiu-se pelo fim da redução da tarifa de importação dos painéis montados, já que existe produção similar no Brasil. Assim, a compra dos módulos no exterior voltará a recolher imposto de importação pela Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, que será de 10,8% a partir desta segunda (1º).

O aumento dos **impostos** foi deliberado pelo comitê em novembro. A resolução estabelece uma retomada gradual das alíquotas e cria cotas iniciais para importações com isenção até 2026. As porcentagens vão variar com os níveis de eletrificação e com os processos de produção de cada modelo, além da produção nacional, segundo o governo federal.

No caso dos carros híbridos, a alíquota do imposto começa com 15% em janeiro de 2024; 25% em julho de 2024; 30% em julho de 2025; e alcança os 35% em julho de 2026. Para os híbridos plug-in, serão 12% em janeiro de 2024; 20% em julho de 2024; 28% em julho de 2025; e 35% em julho de 2026. No caso dos elétricos: 10% em janeiro de 2024; 18% em julho de 2025; 25% em julho de 2025; e 35% em julho de 2026.

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Arte/R7

Gostaria de ver as fotos novamente ?

Ao mesmo tempo, as empresas têm até 30 de junho de 2026 para continuar importando com isenção até determinadas cotas de valor, estabelecidas por modelo. Para híbridos, as cotas serão de US\$ 130 milhões até junho de 2024; de US\$ 97 milhões até julho de 2025; e de US\$ 43 milhões até 30 de junho de 2026. Para híbridos plug-in, US\$ 226 milhões até julho de 2024; US\$ 169 milhões até julho de 2025; e de US\$ 75 milhões até 30 de junho de 2026. Para elétricos, nas mesmas datas, respectivamente, US\$ 283 milhões, US\$ 226 milhões e US\$ 141 milhões. Para os caminhões elétricos, US\$ 20 milhões, US\$ 13 milhões e US\$ 6 milhões.

Também passa a valer a partir desta segunda (1º) duas alterações tarifárias que irão beneficiar a produção nacional de módulos fotovoltaicos e de aerogeradores - indústrias fundamentais para produção de energias renováveis e para o projeto de neointustrialização do país em bases inovadoras e sustentáveis.

No caso da energia solar, por já existir produção similar no país, a tarifa de importação dos painéis montados deixará de existir. Também foram revogados 324 ex-tarifários desse mesmo produto que tinham redução a zero da tarifa.

Assim, a compra dos módulos no exterior voltará a recolher imposto de importação pela Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, que será de 10,8% a partir de 1º de janeiro de 2024. Para os ex-tarifários revogados, a medida começa a valer dentro de 60 dias.

Para que o mercado tenha tempo de se adaptar às novas regras, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex-Camex) estabeleceu também cotas de importação a 0%, em valores decrescentes até 2027. As cotas serão de US\$ 1,13 bilhão, entre janeiro e junho de 2024; US\$ 1,01 bilhão, entre julho de 2024 e junho de 2025; US\$ 717 milhões, entre julho de 2025 e junho de 2026; e US\$ 403 milhões, entre julho de 2026 e junho de 2027.

Atualmente, o Brasil possui capacidade instalada de 10,3 GW de energia solar, e 99% de todos os módulos usados são importados da China. Em 2022, as

importações somaram US\$ 5 bilhões.

O comitê também deliberou sobre o fim das isenções para importação de máquinas de café expresso. Um cronograma com cotas para adaptação do mercado foi estabelecido, por isso, a compra de máquinas no exterior permanecerá sem a taxa até março de 2024. Entre abril e agosto, haverá cobrança somente até a cota de 600 mil unidades. A partir de setembro de 2024, a isenção acaba e as importações voltam a recolher 16% de imposto de importação.

Em 2024 passa a valer a nova tabela do teto de isenção do Imposto de Renda (IR). Com a mudança, estabelecida em 2023 pelo presidente Lula, empregados, autônomos, aposentados, pensionistas e outras pessoas físicas que recebem até dois salários mínimos (R\$ 2.640) não serão tributados pelo IR.

A medida alterou a regra vigente desde 2015, com faixa de isenção para quem recebia até R\$ 1.903,98 por mês. O governo divulgou o aumento desse patamar para R\$ 2.112 e disse que haverá um desconto mensal de R\$ 528 direto na fonte - ou seja, no imposto que é retido do empregado. Com isso, somados os dois mecanismos, quem ganha até R\$ 2.640 não pagará IR - nem na fonte, nem na declaração de ajuste anual.

A nova faixa de isenção do Imposto de Renda vai beneficiar 10,2 milhões de brasileiros, segundo estimativa da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco)**. Pela tabela anterior, 8,8 milhões de brasileiros não precisavam acertar as contas com o Leão.

Aprovada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro, a **reforma tributária**, que modifica o sistema tributário brasileiro para três **impostos** em vez de cinco, passa a valer totalmente apenas em 2033. A definição da alíquota - que deve ficar entre 25% e 27,5% - será feita a partir de 2024, por meio de uma lei complementar, assim como em temas, como os itens que vão compor a cesta básica, definição de regimes diferenciados, funcionamento do comitê gestor do IBS e implementação do Imposto Seletivo.

Se esse cenário se confirmar, o Brasil terá uma das maiores porcentagens do Imposto de Valor Agregado do mundo. Atualmente, a média das taxas praticadas por países-membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é de 19,2%.

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Luce Costa/Arte R7 - 27.10.2023

Gostaria de ver as fotos novamente ?

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), pede a interlocutores que as leis complementares sejam avaliadas de forma simultânea no Congresso e paralelamente à discussão da segunda parte da reforma, focada no Imposto de Renda.

Como ficou a reforma

Os novos **impostos** estabelecidos na reforma são:

o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá o ICMS (estadual) e o ISS (municipal);

a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá os **impostos** federais PIS/Pasep, Cofins e IPI; e

o Imposto Seletivo (IS), que terá cobrança federal e tem o objetivo de desestimular a comercialização de produtos e serviços que prejudiquem a saúde e o meio ambiente.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasil/nova-tabela-do-imposto-de-renda-e-taxacao-de-veiculos-eletrificados-e-paineis-solares-comecam-a-valer-01012024>

Saiba o que fazer para evitar o bloqueio do Bolsa Família

A partir dessa segunda-feira (1º), beneficiários do Bolsa Família que tiverem alguma inconsistência de dados do CPF no Cadastro Único (CadÚnico) podem perder o benefício social. A medida tenta garantir que o pagamento seja apenas para quem cumpre rigorosamente os critérios estabelecidos.

Caso a situação não seja resolvida em até seis meses, haverá o cancelamento. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, as famílias com alguma irregularidade no CadÚnico serão avisadas sobre a situação do CPF e como regularizar a situação. A notificação será reforçada por mensagens enviadas por meio do extrato de pagamento dos benefícios, nos aplicativos do programa Bolsa Família e do Caixa Tem.

Para esclarecer dúvidas, há vários canais de atendimento, incluindo o Disque Social 121, chat, formulário eletrônico e informações permanentes no site do Ministério do Desenvolvimento Social. Estar com o cadastro atualizado e regular é obrigatório para manter o Bolsa Família.

Para conferir se tem alguma pendência de CPF no CadÚnico, o titular da família deve verificar a situação na **Receita Federal** e, se necessário, regularizá-la. Após, é necessário atualizar o CadÚnico também para voltar a receber o benefício.

O beneficiário poderá realizar a regularização pelo e-mail da **Receita Federal** do estado onde mora, por meio de formulário online ou em um posto de atendimento presencial. Depois, a retirada da pendência ocorre de forma automática no Sistema de Benefícios ao Cidadão.

O documento do titular do benefício não pode: estar suspenso por desatualização de dados na **Receita Federal**; suspenso por falta de justificção de voto em eleições; cancelado devido a bloqueio judicial em nome do titular; cancelado para nomes com mais de um CPF; pendência por não entregar a declaração de anual do Imposto de Renda, para quem é obrigado; e ter divergência de titularidade .

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Secretaria propõe foco em "qualidade" do gasto

Marcelo Osakabe De São Paulo

Em uma gestão conhecida por buscar o ajuste fiscal sobretudo pelo lado das receitas, a Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) é para onde se voltam parte das expectativas sobre medidas que resultem em revisão de gastos. Entretanto, embora este também seja objetivo, a prioridade dos trabalhos passou a buscar a eficiência dos programas e dos recursos empregados.

"É muito menos fiscal e muito mais de aumento da qualidade dos gastos", diz o chefe da secretaria, Sérgio Firpo. "A avaliação ajuda a repensar prioridades. Nosso lema, inclusive, é "revisar para repriorizar".

A preocupação é garantir que orçamento consiga aos poucos reduzir a inércia orçamentária, que não tem somente a ver com pressão dos gastos obrigatórios, mas também com certa falta de cultura de repensar os gastos anualmente. Mas existem uma série de políticas novas, inovadoras e inclusivas, que muitas vezes não têm financiamento adequado", comenta.

Este trabalho, lembra, foca não apenas programas e ações que resultam em dispêndio direto do governo, mas também os chamados gastos tributários, benefícios financeiros e creditícios. Somados, eles somam quase 6% do **PIB**.

Neste primeiro ano de secretaria, o esforço foi em estruturar processos que ajudassem nesse sentido, pensando também em melhorar as chances de que as sugestões geradas sejam adotadas pelos gestores dos programas ou políticas públicas. Citando um estudo da Controladoria Geral da União (CGU) que mostra que apenas 20% das recomendações geradas ao fim das avaliações em anos anteriores foram implementadas, Firpo diz que o esforço para virar essa chave se dará na aproximação com os gestores das políticas. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: Qual balanço faz do primeiro ano da secretaria ?

Sérgio Firpo: O trabalho de avaliação de políticas públicas acontece desde 2015 nas esfera federal, mas seu início é bem focado na questão fiscal, da

necessidade de reduzir despesas e encontrar espaço no orçamento. A gente fez uma mudança: ele passou a olhar mais para o aperfeiçoamento das políticas. É muito menos fiscal e muito mais de aumento da qualidade dos gastos. A gente mudou os critérios de seleção e também passamos a selecionar, a princípio, programas do Plano Plurianual (PPA). Fazer não só esse acompanhamento, mas também a vinculação desses programas com o uso dos recursos públicos. Este foi um ano mais de aprendizado, é uma secretaria nova. Em 2024, essas mudanças estarão mais institucionalizadas, e poderemos começar a colher alguns frutos. Estou animado.

Valor: Avaliações anteriores geraram recomendações que eram pouco aproveitadas pelos gestores dos programas. Como pretendem mudar isso?

Firpo: Um levantamento da CGU mostra que apenas 20% das recomendações feitas pelo Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (Cmap) eram adotadas. A gente quer mudar para 80%, 90%. Para isso, partimos para uma relação mais próxima com o gestor do programa, desde o início do processo de avaliação. O responsável por tocar a política não pode sentir como se nós fôssemos fazer auditoria do trabalho dele, ou que estamos empurrando coisas de cima para baixo. Tem que ser conversado, entender quais problemas ele enfrenta. As recomendações, específicas ou gerais, são pactuadas, porque a gente quer que elas sejam, de fato, adotadas. Queremos, inclusive, ajudar nessa implementação. Outro ponto é uma comunicação mais ativa, porque antes a situação era: as avaliações eram muito bem feitas, mas estavam meio que escondidas, a despeito de serem públicas. A gente quer que a opinião pública, os políticos, tenham conhecimento sobre as mudanças necessárias. Até porque muitas dessas mudanças precisam passar pelo Legislativo também.

Valor: O presidente do **INSS**, Alessandro Stefanutto, afirmou que medidas para combater fraudes em perícia podem resultar em economia de R\$ 10 bilhões em 2024. É nesse sentido que caminha a avaliação?

Firpo: No momento, existem dois grupos de trabalho (GTs). Existe este, comandado pelo Ministério da Previdência, do qual nós participamos, que não é sobre revisão de gastos, mas acaba gerando ganhos

por promover correção de pagamentos. O outro GT é interno ao MPO, com auxílio do Tesouro, e é específico sobre revisão de gastos. A gente faz uma listagem das auditorias, avaliações e estudos acadêmicos que apontam benefícios em potencial em programas e também o que precisa ser feito nesse sentido, alterações infralegais ou legais, os atores envolvidos e a intensidade da mobilização. A previsão de entrega é outubro, mas nosso plano é se antecipar a esse prazo.

Valor: E como serão tratadas as potenciais as potenciais economias trazidas pela avaliação?

Firpo: Este é um debate. Essa folga orçamentária criada dentro desse processo volta para a conta única do Tesouro ou permanece com o gestor? Eu defendo, como um economista que pensa em incentivos, que a gente defina previamente uma parcela desse espaço fiscal liberado para permanecer dentro da pasta ou programa. Afinal, o gestor foi quem fez os investimentos necessários para chegara

esse resultado - recursos humanos, capacitação, tecnologia, tempo. É um esforço não trivial, e é importante que gestores tenham incentivos para isso, para que outros projetos que não têm financiamento adequado saiam do papel, ganhem escala.

Valor: Quais programas estão sendo avaliados?

Firpo: A gente prefere não divulgar, porque é um momento sensível. Sei que o interesse principal é sobre qual será o valor [a ser economizado], mas este valor precisa ser pactuado com os gestores dessas políticas. A grande preocupação é garantir que os gestores se sintam protagonistas do processo. Quem vai fazer acontecer é o gestor. Não queremos roubar a cena.

Valor: Existe algum grande tema que perpassa a busca por economia nos programas?

Firpo: Base cadastral, pagamentos, tecnologia são lugares onde talvez tenha maior oportunidade de ser efetivo na nossa colaboração.

Valor: Vocês também vão atuar na fase de elaboração das políticas?

Firpo: Sim, é algo que também não existia antes. Estamos participando do desenho de políticas públicas com os ministérios, para garantir que políticas tenham uma avaliação ex ante, que é o ideal.

Valor: Pode dar um exemplo?

Firpo: Uma coisa que achei interessante foi a nossa

parceria com o Ministério da Educação para pensar na melhor alocação do programa de fixação de médicos residentes. Onde se deve alocar novas faculdades de medicina, levando em conta que existe um problema crônico de fixação de médicos em lugares mais distantes. A partir de um levantamento de dados, a gente fez esse diagnóstico para o MEC. Esse é o tipo de ajuda que a gente tem oferecido.

Valor: Algumas recomendações podem não sair por falta de vontade política, não é? É por isso que querem melhorar a comunicação?

Firpo: Eu acho que o debate público tem a ver com transparência. A gente tem que ser ativamente transparente. Mas, ao mesmo tempo, garantir que mudanças legislativas possam acontecer tendo o suporte da população.

"Quem vai fazer acontecer é o gestor. Não queremos roubar a cena"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187752?page=14§ion=1>

Regras para requerer o seguro desemprego são atualizadas

RODRIGO VALADÃO

O seguro-desemprego é um dos direitos mais importantes conquistado pela classe trabalhadora brasileira.

Sua criação, que ocorreu no ano de 1986, foi pensada para, além de oferecer apoio financeiro temporário às pessoas que perderam seus empregos involuntariamente, proporcionar segurança e auxiliar no sustento dos trabalhadores enquanto procuram por novas oportunidades no mercado de trabalho.

Visando tornar o processo de requerimento do benefício mais eficiente e acessível para aqueles que necessitam, o governo federal, por meio do Ministério do Trabalho (MT), anunciou, no início de 2023, importantes mudanças nas diretrizes do programa de seguro-desemprego. Essas alterações são recorrentes e buscam adequar o direito trabalhista à realidade econômica e social do país.

A primeira das modificações que entraram em vigor no dia 11 de janeiro é a quantia que o trabalhador que tem direito ao seguro-desemprego vai receber.

De acordo com a nova regra, não será permitido que o contribuinte que foi demitido sem justa causa receba menos que o salário mínimo.

Até o final de abril essa importância era R\$1.302,00, mas foi reajustado pelo governo federal, passando para R\$1.320,00 a partir de 1º de maio.

Outra atualização foi em relação a tabela de salários para a realização do cálculo do benefício e o valor que cada pessoa poderá obter.

Se a média salarial tiver sido até R\$1.968,36, deve-se multiplicar esse valor por 0,8. Se o resultado da média salarial for entre R\$1.968,37 e R\$3.280,93, o que exceder R\$1.968,36 multiplica-se por 0,5 e soma-se R\$1.574,69. Por fim, quem tinha o salário acima de R\$3.280,93 vai receber, invariavelmente, R\$2.230,97, sendo esse o valor máximo do seguro-desemprego.

Em relação às parcelas do seguro, o número é definido de acordo com o tempo de trabalho exercido pelo trabalhador e pode variar entre três e cinco. Caso o trabalhador tenha trabalhado um período mínimo de

seis meses, ele recebe três parcelas.

Já se a força de trabalho tiver sido fornecida por no mínimo 12 meses, o número de parcelas chega a quatro. Por fim, recebe cinco parcelas quem trabalhou por 24 meses ou mais.

É importante salientar que, para ser beneficiado pelo auxílio trabalhista, o cidadão deve ter sido dispensado sem justa causa. Além disso, não pode estar em outro vínculo empregatício no momento do requerimento, não possuir renda própria para se sustentar e não estar recebendo qualquer benefício continuado da **previdência social**, exceto pensão por morte.

Outro ponto relevante é que existe uma lista de trabalhadores que estão aptos a requerer e receber o seguro desemprego, são eles: Trabalhador formal (pode solicitar entre o 7º e 120º após a demissão); Empregado doméstico (pode solicitar entre o 7º e 90º após a demissão); Pescador artesanal (pode requerer o benefício durante o período de defeso em até 120 após à proibição); Empregado afastado por qualificação (pode solicitar durante a suspensão do contrato de trabalho); Trabalhadores resgatados (têm até o 90º dia após a data do resgate para requerer).

Não é mais necessário ir até uma agência para solicitar o seguro. O procedimento pode ser feito diretamente pelo portal Gov.br ou então pelo aplicativo "Carteira de Trabalho Digital" que está disponível para iOS e Android. Mas caso o trabalhador queira fazer o processo de maneira presencial é possível consultar os endereços das unidades da Superintendência Regional do Trabalho no seu município.

Contador, perito contador e sócio do escritório Dinastia Contábil

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-01%2017:59:30.pdf>

"O desafio de aprovar a reforma do ir é que há problema de "janela"

ALVARO GRIBEL alvaro.gribel@oglobo.com.br
SAOPAULO

ENTREVISTA: Fernando Haddad / ministro da fazenda

Indicado ao Ministério da Fazenda após a derrota para o governo de São Paulo, e sob a desconfiança do mercado, Fernando Haddad terminou o seu primeiro ano na pasta contabilizando a aprovação de duas grandes reformas, a melhora do rating do governo brasileiro e com a vitória na disputa interna com o PT pelos rumos da política econômica. Em sua primeira entrevista exclusiva de 2024, ele revela ao GLOBO as prioridades para o ano: regulamentar a **Reforma Tributária**, cumprir a meta fiscal e elaborar uma medida para diminuir a volatilidade do dólar. A reforma do Imposto de Renda (IR) será um desafio, porque há uma "janela" curta para aprovação, em função das eleições municipais, e por isso ela pode ficar para o ano que vem. Ele revela a origem das rugas entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, durante a transição, mas garante que as relações já ocorrem "sem problemas".

Ministro, ainda na transição o senhor afirmou ao GLOBO que as prioridades para 2023 eram a **Reforma Tributária** e o novo marco fiscal. E agora, quais as principais metas para 2024?

Há a obrigação por lei de regulamentar a **Reforma Tributária**, que são 71 assuntos que podem constar até na mesma lei complementar. Também precisamos monitorar as medidas para cumprir o arcabouço fiscal e queremos implementar um projeto para diminuir a volatilidade do dólar, um instrumento do Tesouro para atrair investimentos externos, uma espécie de hedge cambial, associado a projetos de transformação ecológica. Há uma agenda ampla nas nossas secretarias, tem o mercado de seguros, que está com uma lei para ser votada, tudo associado à pauta verde, a regulação do crédito que o secretário Marcos Pinto encaminhou ao Congresso, regular o marco das garantias. São muitas medidas em andamento.

O senhor não falou da reforma do Imposto de Renda, isso também está na agenda?

Está, pela **Reforma Tributária**, que colocou prazo para a gente apresentar essa proposta. Nós temos

uma carga tributária sobre o consumo desproporcionalmente maior do que sobre a renda e o patrimônio. Do meu ponto de vista, essa reforma deve viabilizar a redução da carga sobre o consumo, o que permitiria uma alíquota de IVA menor. Tributa mais a renda, diminui o peso sobre o consumo, e o efeito fica neutro sobre a carga tributária total. Tudo com transição para que não seja de um ano para o outro, seja diluído no tempo.

A ideia seria tributar quem ganha mais com uma nova faixa de cobrança de IR?

Não chegamos nesse ponto da formulação, acabamos de aprovar a reforma do consumo. O desafio de aprovar em 2024 a reforma do IR é que, como temos eleições municipais, há um problema de janela, que vai ter que ser avaliado pela política. A regulamentação do consumo precisa ser votada primeiro, até porque em 2026 ela já entra em vigor.

A equipe econômica tem sido criticada por focar em medidas de arrecadação, sem cortes de despesas. Essa agenda ficará restrita à redução de gastos tributários?

No que diz respeito ao Ministério da Fazenda, sim. No que diz respeito ao Planejamento, não. A execução orçamentária e a avaliação das políticas públicas são feitas pelo Planejamento, que inclui a secretaria criada para esse fim. O arcabouço estabelece que o gasto vai crescer entre 0,6% e 1,7% em termos reais em 2024. Isso é abaixo da média histórica. Como a despesa vai crescer sempre 30% abaixo da receita, a tendência do gasto é cair como proporção do **PIB**. Estamos tomando medidas para cumprir a meta. Agora, mexemos pela primeira vez com muitas leis e há projeções de receita que demandam tempo para se medir os efeitos. O arcabouço vai ser cumprido como planejado.

O bloqueio máximo de R\$ 23 bilhões no Orçamento deste ano foi criticado até por aliados.

Essa crítica não é a opinião da Advocacia-Geral da União (AGU), não é a opinião da Pro-curatoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e não é a opinião do Congresso Nacional, que votou a LDO (lei de diretrizes orçamentárias) com esse teto. Então, não é opinião de ninguém. Combinei com o Congresso, na mesa do

presidente da Câmara, que as duas cláusulas anticíclicas do arcabouço deveriam funcionar.

Qual foi o argumento para convencer o presidente a não mexer na meta fiscal?

Disse que iria tomar providências em relação a isso. O objetivo da Fazenda é reorganizar o Orçamento, identificar o que está errado. Foi esse o argumento. Mostra as saídas e chega o momento que fala: "esse é o caminho, vamos por aqui que vai ser melhor". As vezes me perguntam por que não mandar todas as medidas de uma vez. Porque carteira de antibiótico é de oito em oito horas. Você não toma a carteira inteira para se curar.

O presidente da Câmara, Arthur Lira, quer colocar em votação a reforma administrativa. O que falta para aprovar a proposta?

Quando fui candidato a presidente, defendi a reforma. O Ministério da Gestão está elaborando um projeto. Eu mudaria a natureza dos concursos públicos, o estágio probatório e as regras de progressão na carreira. E, obviamente, enfrentaria privilégios. Infelizmente, a PEC 32, que foi encaminhada para o Congresso, não só não enfrenta, como piora o quadro. Minha impressão é que há um custo inicial com os regimes especiais. Estão falando de economia, mas não estou vendo isso. Na administrativa, os parâmetros ainda não estão bem fixados.

No início do ano, o presidente Lula ameaçou elevar a meta de **inflação**. Há quem entenda que isso postergou a queda da Selic.

Não acredito. Havia mesmo uma divergência técnica sobre quando iniciar os cortes. Creio que poderíamos estar com a taxa Selic (11,75%) um ponto abaixo da atual.

Os diretores que o senhor indicou ao BC têm votado como o presidente Roberto Campos Neto. As críticas a ele foram exageradas?

A transição foi atípica e delicada. E foi a primeira vez que um presidente do Banco Central foi indicado pelo governo anterior. Houve episódios que afastaram um pouco os atores envolvidos. Minha relação com o Roberto sempre foi profissional. A do Lula, assisti ao primeiro encontro, em dezembro de 2022, e não foi um bom encontro, mas não quero entrar em detalhes. Já o segundo foi muito bom. A relação institucional da Fazenda com o BC nunca teve problemas. E a do Planalto passou a não ter.

Integrantes do governo sugerem mudar o mandato do presidente do BC. O senhor concorda?

Diria que um ano do mandato presidencial seguinte pode funcionar melhor do que dois anos, porque as decisões de política monetária têm efeito até 18 meses à frente. E há risco de um presidente indicado pelo governo anterior interferir na gestão do seguinte. Também entendo que a quarentena (para voltar ao mercado) de seis meses no Brasil é curta. Poderia ser dois anos.

A última semana de 2023 foi marcada por um embate com o Congresso em torno da medida provisória (MP) que prevê novas ações para aumentar a arrecadação. No caso da limitação das compensações tributárias de empresas, a Fazenda não está dando um calote?

De forma alguma. Quem não quiser compensar pode ir para o precatório e receber de uma vez. A diferença é que fico sabendo um ano antes e consigo me planejar. Essa MP já estava mais ou menos precificada com o Congresso. Conversei antes com os presidentes da Câmara (Arthur Lira/PP-AL) e do Senado (Rodrigo Pacheco/ PSD-MG), uma vez que não estava prevista no Orçamento a renúncia da desoneração (sobre a folha salarial). Menos ainda a questão dos municípios (que passaram a ter novo regime de contribuição previdenciária).

Há entidades falando em contestação judicial, e Pacheco diz que pode devolver a MP.

Contestação judicial é normal, tudo que a Fazenda faz é assim.

"Queremos implementar um projeto para diminuir a volatilidade do dólar, um instrumento para atrair investimentos externos"

"As vezes me perguntam por que não mandar todas as medidas de uma vez Porque carteira de antibiótico é de oito em oito horas. Você não toma a carteira inteira para se curar"

"O arcabouço fiscal vai ser cumprido como planejado"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projetos e planos para além de 2024

Mesmo a um ano de deixarem os cargos de comando que ocupam no Congresso Nacional, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), traçam planos e projetos para 2024, mas de olho num futuro que vai bem além. Ambos começam a cuidar também de suas sucessões nas duas presidências e, no meio do caminho, tem a eleição de prefeitos e vereadores, que consome tempo e esfria os trabalhos e as votações parlamentares.

Senador e deputado divergem de alguns temas, como o PL que trata do fim da reeleição

Pacheco lista uma série de propostas que pretende colocar na pauta de votação do Senado e não economiza nas pretensões. O senador anunciou, em meados de novembro, que está no seu horizonte votar o fim da reeleição para cargos no Executivo. Ele também deseja pautar a emenda constitucional que limita e estabelece mandato para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Ainda quer criar um "filtro" para impedir que partidos com composição inexpressiva acionem a Corte para alterar leis e projetos aprovados no Congresso. O parlamentar chama de "cláusula de barreira" contra legendas nanicas.

Desse "pacote" de Pacheco, Lira não concorda com todas as propostas. O presidente da Câmara é contra mandato para ministros do STF e considera não ser hora de mexer com o direito de chefes dos Executivos de se reelegerem. Há convergência sobre impor restrições a pequenos partidos.

Lira quer priorizar outras temas, como a regulamentação da **Reforma Tributária**, um trabalho que, estima, vai ocupar boa parte do tempo neste primeiro semestre. E pretende mexer na Reforma Administrativa, para ele um "tema urgente".

O presidente da Câmara ainda é cobrado por parlamentares que o elegeram que vote propostas de suas autorias, para mostrarem resultado nas bases eleitorais num ano importante para garantir eleição de prefeitos, que formam suas redes de apoio na tentativa de reeleição em 2026.

Entre os temas prioritários para Pacheco, o que causa apreensão e críticas entre parlamentares governistas é sua disposição de acabar com a reeleição para chefes do Executivo, e dar-lhes um mandato único de cinco anos. "Vou me dedicar muito a esse assunto em 2024, para se ter mandato de cinco anos para o Executivo.

Se atingir isso, terei o sentimento de dever cumprido", ressaltou.

Lira diverge de Pacheco, mas não diz isso abertamente. A quem o pergunta sobre essa meta do senador, responde com certa ironia: "Acho justo". Ele arrisca menos na ousadia das pautas que pretende votar e quer seguir usufruindo da decisão histórica que foi a votação da **Reforma Tributária**, pela primeira vez aprovada no regime democrático.

Lira anunciou que o tema seguirá relevante neste ano. "Temos a missão de fechar essa legislação, de calçar a lei para que entre em vigor e assegure que quem ganha mais, paga mais e quem ganha menos, paga menos", afirmou. O deputado pretende criar um grupo de trabalho para regulamentar a reforma. (Correio Braziliense)

Site:

<http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/01/projetos-e-planos-para-alem-de-2024.html>

Reajuste do plano de saúde para empresa deve ser de 25%

Beth Koike De São Paulo

Os planos de saúde empresariais, modalidade que representa 70% do setor, devem ter neste ano reajuste médio de 25%. Essa variação, equivalente a quatro vezes a **inflação** geral, é semelhante ao aumento aplicado no ano passado. Esse movimento interrompe uma sequência de altas nos reajustes, sendo que de 2023 foi o maior já registrado desde 2018.

"Acredito em estabilidade ou pequena melhora, o reajuste deve ser parecido com 2023", disse Leonardo Coelho, vice-presidente da área de saúde da Aon, uma das maiores consultorias em gestão de benefícios. Segundo levantamento da Aon, o custo médico teve uma variação média de 14% em 2023, percentual parecido com o verificado em 2022. A visão é compartilhada por Thiago Toires, cofundador da consultoria Pipo, cuja expectativa é de uma melhora no nível de gastos com saúde mais para o segundo semestre de 2024.

Além do aumento nos custos e de volume de procedimentos médicos realizados, o último reajuste é explicado por um outro componente. Há planos de saúde com preços incompatíveis com o atual nível de despesas médicas e as operadoras estão aplicando majorações expressivas para compensar a diferença. Esse descasamento começou em 2021, quando houve o reajuste negativo e as operadoras passaram a ofertar produtos precificados com base na sinistralidade de 2020. Na época, devido ao isolamento social, os gastos médicos despencaram. "Mas, houve uma retomada forte de procedimentos e os planos de saúde não estavam adequadamente precificados", disse o executivo da Aon.

Em 2021, com uma sinistralidade ainda baixa, as operadoras comercializaram planos de saúde com valores reduzidos a fim de ganhar mercado tendo em vista a forte demanda por convênio médico diante da deflagração da covid. Em 2022, o setor teve um incremento de cerca de 1,3 milhão de novos usuários, mas amargou prejuízo operacional de cerca de R\$ 10 bilhões. "Entraram no sistema muitos usuários com desconto. O preço foi otimista demais, isso pesou para as operadoras e agora elas estão corrigindo o preço. Claro, que para as empresas isso não é bom", disse Luiz Feitoza, sócio da consultoria Arquitetos da Saúde.

"A reprecificação começou no segundo semestre de 2022, mas veio com maior intensidade em 2023", disse Coelho. Nos nove primeiros meses de 2023, as operadoras ganharam cerca de 750 mil

"As operadoras estão corrigindo preço, que foi otimista demais" Luiz Feitoza novos clientes, mas tiveram prejuízo operacional de R\$ 5,1 bilhões. Ou seja, é a metade do prejuízo e do volume de novos usuários apurados ao longo de 2022.

O aumento na base de usuários foi puxado, principalmente, pelos planos de saúde voltados à pequenas e médias empresas (PME), cujo preço inicial é menor e, em boa parte dos casos, adquirido por pessoas físicas que têm um CNPJ. O número de contratos de convênios médicos com até cinco vidas disparou 75% desde 2020. Essa modalidade teve reajuste de até 25% em 2023, sete pontos percentuais acima do aplicado em 2019. "O mercado fez uma aposta em PME para capturar crescimento. Mas não houve sucesso, não há um equilíbrio nessas carteiras, basta ver os reajustes elevados", disse Feitoza.

Os planos de saúde vigentes antes da pandemia tiveram reajustes em patamares mais baixos e até queda de preço em 2021. O aumento aplicado no ano seguinte não compensou totalmente as despesas médicas. O vice-presidente da Aon lembra que, após a pandemia, o comportamento de uso do plano de saúde mudou, impactando o cálculo atuarial das operadoras. "Hoje, há novos exames, os médicos estão solicitando outros tipos de procedimentos e testes, surgiram descobertas envolvendo o transtorno do espectro autista (TEA) e há mais fraudes", disse Coelho.

Nesse cenário, a palavra de ordem no setor é manter a rentabilidade mesmo que essa medida represente perda de clientes, o que tem gerado uma queda de braço ainda mais acirrada entre as empresas contratantes e as operadoras de planos saúde. Essa foi a fotografia de 2023 e deve se repetir neste ano. "Os reajustes devem continuar sendo o principal motor para aumentar as margens em todo o setor", destacou o Citi em relatório.

A Fenasaúde nega que o setor tenha ofertado planos de saúde subprecificados para aumentar participação de mercado e afirma que os reajustes são baseados

em custo médico e frequência de uso dos planos de saúde.

UnitedHealth assume US\$ 7 bi

O UnitedHealth Group (UHG), que vendeu sua operação no Brasil em dezembro, informou que assumirá encargos de US\$ 7 bilhões. A maior parte desse valor é referente a ajustes de câmbio da venda da operadora de planos de saúde Amil, da rede de 37 hospitais e de 28 clínicas médicas. O grupo disse ainda que espera concluir a transação no primeiro semestre de 2024, segundo a Bloomberg. O empresário José Seripieri Filho, fundador da Qualicorp e Qsaúde, adquiriu a operação brasileira do UHG por R\$ 2

bilhões mais assunção de passivos da ordem de R\$ 10 bilhões. O grupo americano havia comprado a Amil, em 2012, por cerca de US\$ 5 bilhões, o equivalente na época a R\$ 10 bilhões. Em todo esse período, a operação brasileira acumulou prejuízos, principalmente, devido à carteira de planos de saúde individuais. Mas também há perdas na divisão de hospitais. Segundo fontes, desde 2012, o UHG já fez aportes de cerca de R\$ 10 bilhões na operação brasileira, tendo em vista que o negócio é deficitário.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187752?page=14§ion=1>

Comércio prevê prejuízo um pouco menor em 2024

Do Estadão Conteúdo

O calendário está a favor do comércio em 2024. Com menos feriados móveis nacionais caindo em dias úteis, lojistas deverão ter um volume menor de gastos extras para abrir as lojas nos feriados.

Diferentemente do que supõe, abrir nesses dias tem impacto negativo no varejo e representa prejuízo. Isso porque nem sempre o funcionamento em feriados é acompanhado de uma contrapartida nas vendas.

Nas contas da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o prejuízo gerado pela abertura nos feriados de 2024 deve somar R\$ 27,92 bilhões. É uma cifra quase 4% menor comparada à registrada em 2023, quando o rombo foi de R\$ 28,99 bilhões.

Na prática, é cerca de R\$ 1 bilhão a menos de prejuízo. Isso tem peso importante num segmento que anda com desempenho apertado e deve fechar este ano com crescimento de vendas que não chega a 2% ante 2022. Os valores estimados dos prejuízos descontam a **inflação** do período.

Levando-se em conta o dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, que será feriado nacional a partir do ano que vem, 2024 terá 7,5 dias de feriados móveis que cairão em dias úteis, ante 8 em 2023. O número quebrado de feriados em dias úteis é porque o estudo considerada meio expediente de trabalho nos feriados nacionais que caem aos sábados.

Em 2024, cinco feriados nacionais móveis serão entre segunda e sexta-feira, ante oito em 2023.

São eles: Confraternização Universal (1º/1), Dia do Trabalho (1º/5), Proclamação da República (15/11), Dia da Consciência Negra (20/11) e Natal (25/12). Os demais feriados, como Dia da Independência (7/9), Nossa Senhora Aparecida (12/10) e Finados (2/11) cairão em sábados. Sexta-feira Santa, Carnaval e Corpus Christi, que são feriados fixos nos dias da semana, caem na sexta-feira, terça-feira e na quinta-feira, respectivamente, e não foram considerados no estudo.

"O impacto principal do calendário de feriados é sobre

a lucratividade do comércio", afirma Fabio Bentes, economista da CNC e responsável pelo estudo. Cada feriado reduz a rentabilidade média do comércio como um todo em 1,29%, diz o economista. As projeções consideram dados do varejo ampliado, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O varejo ampliado inclui as vendas de materiais e construção e o setor automotivo.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Indústria do Brasil aposta em melhor desempenho em 2024

JULIANA GONTIJO

A indústria de álcalis, cloro e derivados espera resultados melhores em 2024, segundo o presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (Abiclor), Milton Rego. "O ciclo de baixa está se reduzindo e os investimentos em saneamento devem aumentar o consumo de cloro e seus derivados, utilizado nos químicos para tratamento de água e esgoto e nas tubulações de transporte", observa.

Para ele, deve permanecer a situação difícil do setor químico brasileiro, que é um consumidor importante dos produtos da indústria de cloro-álcalis, que são matérias-primas para diversas cadeias. O dirigente explica que o setor químico brasileiro, assim como várias outras atividades no País, está sofrendo com a oferta de produtos importados. Ele conta que o segmento está operando com grande ociosidade devido à concorrência com produtos que chegam ao País com preços muito baixos, às vezes, menores que o custo de produção.

O setor de cloro-álcalis é a indústria base de diversos produtos essenciais para a economia, além de estar diretamente ligada ao saneamento básico e à saúde pública. E a indústria química é uma grande consumidora de insumos produzidos pelo segmento.

De acordo com a entidade, que representa 98% das indústrias brasileiras do setor, Minas Gerais é responsável por 9% do consumo de soda cáustica e 5% para derivados de cloro no País. Cloro e soda cáustica estão entre os dez principais produtos químicos produzidos em todo o mundo e são ingredientes principais na fabricação de produtos farmacêuticos, detergentes, desinfetantes, herbicidas, pesticidas e PVC.

O dirigente explica que o setor de cloro-álcalis ainda não possui fábricas em Minas Gerais, cuja demanda é atendida por unidades dos estados de São Paulo ou Bahia.

Complexo cloroquímico -Conforme divulgado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, o primeiro complexo cloroquímico situado fora do litoral brasileiro será implantado em Uberlândia, no Triângulo Mineiro. A previsão inicial é de um investimento de R\$ 260

milhões. As empresas Chlorum Solutions, Bauminas Química e Grupo Lima Pergher estimam iniciar operações até 2025.

Apesar das dificuldades, o presidente da Abiclor observa que o País tem algumas oportunidades importantes no que se refere à economia verde. "Os produtos cloro-álcalis têm uma pegada de carbono muito baixa e poderemos ser um ator importante, na medida, que forem demandados produtos com menor impacto de carbonização", destaca.

De acordo com a entidade, a cadeia de cloro-álcalis representa 1,1% do valor adicionado do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. De 2017 a 2021, o setor recebeu R\$ 3 bilhões de investimento privado das empresas produtoras e a expectativa é que o montante recebido de 2022 a 2025 seja da ordem de R\$ 5 bilhões.

Ano desafiador - O ano de 2023 foi avaliado pelo presidente executivo da Associação Brasileira da Indústria de Álcalis, Cloro e Derivados (Abiclor), Milton Rego, como desafiador para a atividade.

"O setor químico é cíclico no mundo inteiro e está experimentando um ciclo de baixa com preços mais comprimidos, o que afeta negativamente os resultados das empresas", diz. A taxa de utilização da capacidade instalada do setor no período de janeiro a agosto de 2023 no Brasil foi de 71,8%.

Para ele, o fraco resultado do segmento reflete o desempenho do setor de construção civil, que consome produtos que levam cloro na sua composição e que foi pressionado por juros elevados e poucos lançamentos.

Além disso, ele explica que a indústria química, em geral, que é uma grande consumidora de insumos produzidos pelo setor de cloro-álcalis, está sendo duramente afetada pelas importações de produtos.

No acumulado dos oito primeiros meses deste ano, a produção brasileira de cloro foi de 684,7mil toneladas, redução de 1,7% frente ao apurado no mesmo período de 2022.

Nesse período, a soda cáustica, cuja produção é realizada em paralelo à do cloro, foi de 751,6 mil

toneladas, volume 1,6% menor que em igual intervalo do ano passado. O setor de cloro-álcalis produz também o ácido e o hipoclorito de sódio.

Site: https://diariodocomercio.com.br/versao-impressa/#google_vignette

Prévia da inflação fecha 2023 com alta de 4,72%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15), considerado a prévia da **inflação** oficial do País, registrou uma alta de 0,40% nos preços em dezembro, informou nesta quinta-feira (28) o IBGE. O IPCA-15 teve um aumento de 0,07 ponto percentual em relação a novembro, quando a alta foi de 0,33%. Em dezembro de 2022, o IPCA-15 foi de 0,52%.

Dos nove grupos de preços pesquisados pelo IBGE, sete tiveram alta na prévia de dezembro. O principal impacto veio de transportes, com ganho de 0,77% no mês e impacto de 0,16 ponto percentual no índice geral. Entre os sub-índices, o principal peso do índice veio de passagens aéreas, que subiu 9,02% em dezembro e teve o maior impacto individual do mês. Os preços do subgrupo de combustíveis voltaram a registrar alívio, com deflação de 0,27%. O óleo diesel (-0,75%), o etanol (-0,35%) e a gasolina (-0,24%) tiveram quedas, enquanto o gás veicular (0,08%) subiu pouco.

O grupo alimentação e bebidas registrou alta de 0,54% em dezembro, abandonando de vez o movimento de quedas que havia registrado no terceiro trimestre do ano. O IBGE mostrou quedas sucessivas no período pelo aumento de oferta de alimentos in natura. O subgrupo alimentação no domicílio, que mede os preços de itens primários, teve alta de 0,55% no mês, com destaques para cebola (10,63%), batata-inglesa (10,32%), arroz (5,46%) e carnes (0,65%).

Site: <http://digital.jornalnh.com.br>

Saque-aniversário do FGTS em 2024 já está disponível

Publicado em 02/01/2024 - 08:02 Por
Wellton Máximo - Repórter da Agência Brasil - Brasília

Os trabalhadores que optarem pelo **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**) aos poucos começam a ter acesso à cota de 2024. As retiradas ocorrem conforme o mês de aniversário do trabalhador. Os cotistas nascidos em janeiro podem fazer o saque a partir desta terça-feira (2).

Criada em 2019 e em vigor desde 2020, essa modalidade permite a retirada de parte do saldo de qualquer conta ativa ou inativa do fundo a cada ano, no mês de aniversário. Em troca, o trabalhador não poderá sacar o valor depositado pela empresa em caso de demissão sem justa causa, apenas a multa rescisória.

O governo pretende mudar essa regra e permitir o saque do saldo total da conta nas demissões sem justa causa, como ocorre com quem não aderiu ao **saque-aniversário**. Em dezembro, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, afirmou que pretende enviar, até março, o projeto de lei com as alterações.

Segundo o balanço mais recente da Caixa Econômica Federal, divulgado em setembro, cerca de 32,7 milhões de pessoas aderiram ao **saque-aniversário**. Desse total, 16,9 milhões contrataram financiamento usando esses recursos como garantia. Até agosto, o total emprestado pelos bancos nessa modalidade somava R\$ 111,4 bilhões.

O período de saques começa no primeiro dia útil do mês de aniversário do trabalhador. Os valores ficam disponíveis até o último dia útil do segundo mês subsequente. Caso o dinheiro não seja retirado no prazo, volta para as contas do **FGTS** em nome do trabalhador.

Confira o calendário do **saque-aniversário** em 2024

Adesão

A adesão a esse tipo de modalidade é voluntária e pode ser feita por meio do aplicativo oficial do **FGTS**, disponível para smartphones e tablets dos sistemas Android e iOS. O processo também pode ser feito nas

agências do banco. Se quiser receber o dinheiro no mesmo ano, o trabalhador deverá optar pelo **saque-aniversário** até o último dia do mês de nascimento. Caso contrário, só receberá a partir do ano seguinte.

Ao retirar uma parcela do **FGTS** a cada ano, o trabalhador deixará de receber o valor depositado pela empresa caso seja demitido sem justa causa. O pagamento da multa de 40% nessas situações está mantido. As demais possibilidades de saque do **FGTS** - como compra de imóveis, aposentadoria e doenças graves - não são afetadas pelo **saque-aniversário**.

Cuidados

A qualquer momento, o trabalhador pode desistir do **saque-aniversário** e voltar para a modalidade tradicional, que só permite a retirada em casos especiais, como demissão sem justa causa, aposentadoria, doença grave ou compra de imóveis.

A decisão, porém, exige cuidado. Ao voltar para o saque tradicional, o trabalhador ficará dois anos sem poder sacar o saldo da conta no **FGTS**, mesmo em caso de demissão. Se for dispensado, receberá apenas a multa de 40%.

Como sacar

A Caixa orienta o resgate por meio do aplicativo **FGTS**. Nesse caso, o trabalhador pode programar a transferência do dinheiro para qualquer conta em seu nome, independentemente do banco. A operação não tem custo.

As retiradas podem ser feitas nas casas lotéricas, caso esses estabelecimentos estejam abertos, e terminais de autoatendimento para quem tem senha do Cartão Cidadão. Quem tem Cartão Cidadão e senha pode sacar nos correspondentes Caixa Aqui, caso esses estabelecimentos estejam autorizados a abrir. Basta apresentar documento de identificação.

Valores

O valor a que o trabalhador que aderiu ao **saque-aniversário** tem direito a retirar a cada ano depende do saldo em cada conta do **FGTS**. Para contas com saldo de até R\$ 500, poderão ser retirados 50% do total. A partir daí, o percentual cai, mas será pago um

valor fixo adicional, que aumenta conforme o saldo total. O cálculo ocorre da seguinte forma:

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/saque-aniversario-do-fgts-em-2024-ja-esta-disponivel>

Governo anuncia reoneração da folha

Juliana Nunes juliana.nunes@gruposinos.com.br

Fernando Haddad anunciou, na manhã da última quinta-feira (28), três medidas econômicas que, se a Medida Provisória prevê uma reoneração gradual da folha de pagamento. Para os 17 setores da economia beneficiados pela desoneração, entre eles o coureiro-calçadista, Haddad falou em um projeto-piloto para estes setores. A ideia é desonerar a primeira faixa de pagamento de colaboradores que tenham carteira assinada e recebam até um salário mínimo.

"A reoneração não é uma afronta ao Congresso. A matéria do jeito que estava sendo tratada era inconstitucional e sempre nos dispusemos a negociar os termos. Aquela ideia original que a desoneração aumentaria emprego se revelou equivocada, nada contra tentar as coisas, podemos tentar e errar. Erro tá em não reconhecer que precisa rever", afirmou o ministro.

A desoneração A desoneração da folha de pagamento foi renovada até dezembro de 2027 e é defendida pelos empresários. "O governo deveria estar falando em redução de gastos, de ministérios, pra diminuir exigência da carga tributária. Se sociedade trabalha e gera empregos, também é bom para governo. Reonerar a folha de pagamento não é uma boa solução", avalia o presidente da Calçados Beira Rio, com sede em Novo Hamburgo, Roberto Argenta.

Compensações e mudanças para eventos Outra Medida Provisória anunciada por Fernando Haddad é a limitação das compensações tributárias feitas pelas empresas. Na prática, são **impostos** que não serão recolhidos nos próximos anos para assim "compensar" **impostos** que foram pagos indevidamente em anos anteriores e já reconhecidos pela Justiça.

Também serão feitas mudanças no Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O programa foi criado durante a pandemia para beneficiar o setor cultural e foi prorrogado pelo Congresso até 2026. O ministro informou que parte dos abatimentos tributários incluídos no Perse será revogada gradualmente durante esse período.

Sobre os impactos financeiros, Haddad disse que as medidas "não melhoram o resultado primário projetado, apenas substituem perda de arrecadação".

Site: <http://digital.jornalnh.com.br>

MP que eleva a arrecadação é rejeitada

Do Estadão Conteúdo

A publicação da medida provisória (MP) que reonera a folha de pagamento para 17 setores que mais empregam no País provocou críticas e protestos de pesos-pesados do setor produtivo e de prefeitos. A decisão pode afetar o desempenho do Produto Interno Bruto (**PIB**) e aumentar o desemprego, conforme entidades de classe.

Além disso, segundo representantes de associações de classe, contraria e desrespeita o Congresso, que havia prorrogado a desoneração até 2027.

A MP foi anunciada na quinta-feira pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. São três medidas que, segundo o ministro, irão manter o Orçamento de 2024 equilibrado. Além da reoneração gradual da folha de pagamentos, a MP prevê a limitação das compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais e a retomada da tributação sobre o setor de eventos.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) chamou a MP de "equivoco" ao reformar, sem diálogo prévio com o setor produtivo, uma lei promulgada pelo Congresso.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Lula conclui 20% das promessas em 1º ano; 48% estão paradas

Depois de um ano de mandato, Lula (PT) conseguiu cumprir 20% das promessas feitas na campanha eleitoral de 2022, quando venceu Jair Bolsonaro (PL). Das 103 propostas catalogadas pelo jornal Folha de S.Paulo, há ainda 22% delas paradas, 25% em ritmo lento e 32% em andamento (a soma dos percentuais é de 99% devido ao arredondamento dos índices).

Com este número, o presidente conseguiu cumprir 1 compromisso a cada 19 dias de mandato, mais lento do que uma hipotética média ideal, de 14 dias, para completar todos os itens em quatro anos de administração.

Os dados sobre as promessas de Lula fazem parte de um levantamento realizado pelo jornal Folha de S.Paulo e foram obtidos do programa de governo do petista, das propagandas eleitorais, da carta de compromissos lançada em 27 de outubro e de entrevistas dadas à imprensa durante o pleito.

Lula lançou nessas plataformas e em declarações ao menos 103 propostas em áreas como economia, agricultura, educação, saúde e segurança pública, além de questões políticas, como a organização de ministérios. O status atual das promessas foi obtido através de informações dos órgãos do próprio governo.

Em termos absolutos, são 21 as propostas consideradas concluídas. Outras 33 estão em andamento, 26, em ritmo lento e 23, paradas. O maior número de concluídas está em economia, com 11, questões políticas, com 2, e saúde, também com 2.

As áreas com maior número absoluto de compromissos parados são segurança, com 6, economia e infraestrutura, com 3 cada uma. Meio ambiente, um dos temas em que Lula fez questão de se diferenciar de Bolsonaro na campanha, destaca-se entre as promessas em lentidão, com 6.

Resposta do Planalto Procurado pela reportagem, governo federal afirmou por meio da Secom (Secretaria de Comunicação Social da Presidência) que o primeiro ano do terceiro mandato de Lula termina com resultados importantes em diversas áreas, citando o crescimento da economia, a queda do desemprego e a retomada da imagem do país no exterior.

A Secom citou ainda melhoria na qualidade das iniciativas realizadas pelo Executivo em relação ao governo anterior e afirmou que cada ação realizada "destaca o compromisso do governo no enfrentamento das complexidades" nos setores abrangidos.

Em alguns dos temas, o petista havia feito apenas uma promessa. São os casos de tópicos relacionados a Defesa, indígenas, esporte, moradia e turismo. No caso dos povos originários, o então candidato fez apenas uma promessa, a de criar o Ministério dos Povos Indígenas, e a cumpriu.

O mesmo ocorreu com a Defesa: o único compromisso era o de inserir um civil no comando do ministério. Lula indicou José Múcio Monteiro, ex-ministro-chefe da secretaria de Relações Institucionais, e concluiu a proposta.

Já no esporte, a única proposta do mandatário está parada -ainda não foi anunciada nenhuma expansão ou aumento de investimentos no Bolsa Atleta, que remunera esportistas de alto rendimento. Apesar do crescimento no número de contemplados, o orçamento do Ministério do Esporte cairá em 2024, o que deve gerar efeitos no programa.

Na economia, foram cumpridas tanto promessas mais simples, como não privatizar os Correios e a Petrobras, quanto mais ousadas, como mudar o teto de gastos e aprovar um novo arcabouço fiscal, reajustar o salário mínimo acima da **inflação** e retomar o Bolsa Família a R\$ 600, mais R\$ 150 por filho.

Lula também cumpriu a revogação dos sigilos de cem anos editados por Bolsonaro e promoveu durante este ano maior normalidade no diálogo entre os Poderes, contrastando com o comportamento belicoso de seu antecessor. Na Saúde, retomou o Mais Médicos, com adaptações, e o programa Farmácia Popular.

Desenrola Brasil Outras iniciativas de maior porte estão em andamento, como a renegociação de dívidas das famílias por meio do Desenrola Brasil, o fortalecimento do Enem e a retomada do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Dentre as principais promessas em ritmo lento estão a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até

R\$ 5.000, a inclusão de câmeras corporais em todos os policiais do país e a meta de desmatamento líquido zero, além do reflorestamento de áreas degradadas.

Já algumas propostas parecem ter sido deixadas de lado pelo presidente, como o compromisso de não tentar a reeleição em 2026 -tanto Lula quanto PT deixam a oportunidade em aberto. Também não houve projetos para reorganizar o sistema penitenciário, uma **reforma política** prometida em plano de governo, e para mudar o sistema previdenciário.

A maioria das promessas não possui metas definidas.

Na corrida eleitoral, Lula foi alvo de questionamentos por apresentar poucos números e disse que seu compromisso era a partir do legado de seus dois mandatos no Palácio do Planalto (2003-2010). Ele recebeu críticas por apresentar o que chamou-se de "cheque em branco"

Cientista político atesta papel do Presidente na harmonia com Poderes

Luiz Augusto Campos, professor de ciência política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), considera positiva a quantidade de propostas concluídas e em andamento em meio ao ajuste da relação entre os Poderes.

Ele afirma que o período atual marca uma remodelação no comportamento de Executivo e Legislativo, especialmente após o fim do financiamento privado de campanhas, o que gera maior demanda pelos fundos públicos. Essa remodelação dificulta, então, o andamento de propostas feitas na campanha.

"Lula tem conseguido contornar com diferentes estratégias a pressão dos parlamentares por emendas, mas parece que o pacto atual do presidencialismo de coalizão vai sendo refeito a todo mês. Diante desse cenário, o governo está travado, mas surpreende que tenha conseguido avançar em várias reformas diante de tantos entraves." Para Campos, o próximo ano ainda está em aberto porque as eleições municipais podem melhorar a relação entre o Planalto e o Congresso Nacional, já que o petista deve ser um forte cabo eleitoral. Apesar disso, o professor afirma que o segundo ano de mandato deve ser de contingenciamento.

Para Rodrigo Gallo, cientista político e coordenador do curso de Relações Internacionais do Instituto Mauá de Tecnologia, o primeiro ano de mandato presencial costuma ser mais complexo para a concretização de promessas porque ele é cumprido com o orçamento

aprovado pelo governo anterior.

Essa dificuldade, avalia Gallo, pode ser acentuada quando se muda também o espectro ideológico do novo Executivo.

"Eventualmente, uma mudança não só de governo, mas de ideologia, implica certos setores demandarem mais atenção do que outros, e o problema é que não há orçamento previsto para aplicar políticas públicas, por exemplo", pondera.

Lula da Silva: obras e programas lançados estão em ritmo lento, o que preocupa a área política do governo

Janja e Lula da Silva: protagonismo da primeira-dama mesmo sem função no Palácio do Planalto

Site: <https://dmacervo.com.br/storage/edicoes/2024-01-01%2017:59:30.pdf>

Planejamento: como vencer as dívidas em 2024

Em dezembro, a pesquisa da Confederação Nacional do Comércio mostrava que 76,6% das famílias estavam endividadas e 29% tinham contas em atraso.

O início do novo ano pode, no entanto, ser um momento para repensar o planejamento financeiro, de forma a evitar dívidas e até poupar para conseguir alcançar objetivos pessoais, como viagens e uma aposentadoria melhor.

A primeira orientação nesse sentido é entender os gastos pessoais, é o que recomendam diversas organizações que acompanham os hábitos de consumo.

Para isso, é importante calcular os gastos fixos mensais, ou seja, aquelas despesas que têm um valor igual ou muito semelhante todos os meses, como o aluguel, o condomínio, a conta de luz, gás e água. Além disso, é preciso ainda estimar despesas variáveis, gastos com valores irregulares.

Economize

Para economizar e fazer um orçamento adequado a renda, o Idec tem algumas dicas de economia. Uma delas é buscar reduzir planos como os de internet e telefone. Fazer pesquisas de preço é outra forma de conseguir adquirir bens e serviços, mantendo as despesas sob controle.

Definir objetivos

Depois de entender o quanto gasta e fazer os ajustes para que as despesas sejam menores do que as receitas, o Serasa lembra da importância de se definir metas, pensar nos objetivos para daqui seis meses, um ano e a longo prazo - férias na praia, uma televisão nova ou uma aposentadoria mais confortável.

Com isso em mente, é possível ter uma noção de quanto é preciso poupar ao longo dos meses para conseguir realizar os objetivos. O Idec destaca que o dinheiro deve ser investido, para evitar a perda de poder de compra causada pela **inflação**. Entre as opções de baixo risco para isso estão a poupança, os títulos de renda fixa - como os títulos do tesouro e o Certificado de Depósito Bancário (CDB) -, respaldados pelo Fundo Garantidor de Crédito, ou seja, que estão protegidos em valores até R\$ 250 mil.

Cuidado com o crédito

Fundamental ainda é ter atenção no uso do crédito. Ferramentas como o cheque especial, que tem altos juros, só devem ser acionadas em caso de emergência. O parcelamento das compras no cartão deve observar a capacidade do orçamento familiar.

Desenrola

Para dívidas de até R\$ 20 mil, o governo federal oferece auxílio com o programa Desenrola. Prorrogado até 31 de março, o programa consiste na renegociação de dívidas e limpeza do nome do consumidor. As regras de participação no programa e as informações sobre o perfil de consumidor elegível estão disponíveis no site do Desenrola. (Agência Brasil)

Site: <https://oestadoce.com.br/digital/>

Planejamento financeiro garante as férias

KARINA REIF .

Em função das férias escolares e das temperaturas mais elevadas, muitas pessoas deixam para viajar entre dezembro e março, mas nem todas elas fazem uma programação financeira para usufruir dos dias de folga sem comprometer as contas. O presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagens do RS (Abav-RS), João Augusto Machado, estima que a procura aumente entre 30% e 35% nesta época em comparação com outros períodos. Com a demanda em alta, há pouca margem de negociações, o que reforça a necessidade de os consumidores pesquisarem e também se organizarem com certa antecedência.

Contudo, Machado lembra que as operadoras costumam oferecer alternativas na forma de pagamento.

"Como é alta temporada, não há uma tendência de promoções, mas há muitas facilidades para pagamento dos pacotes, principalmente parcelamentos.

Isso ajuda muito", afirma ele, observando que muitos voos para determinados destinos já estão praticamente lotados. O Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, registrava grande movimento na véspera do Ano Novo e o elevado número de pessoas deve ser rotina até depois do Carnaval.

ORGANIZAÇÃO. De acordo com a pesquisa Planejamento Financeiro para as Férias de Verão, realizada pela Serasa em parceria com o instituto Opinion Box, 36% dos respondentes têm intenção de viajar nos próximos meses e três em cada dez afirmaram que já se endividaram devido a uma viagem. "Mesmo sendo um período de relaxamento, o controle com as finanças não deve ser deixado de lado", avalia a especialista em educação financeira da Serasa Clara Aguiar. Ela indica anotar todos os gastos durante os dias de descanso para não comprometer as contas. "Desde o sorvete na praia até os valores de transporte, todos os pequenos gastos importam para garantir a tranquilidade ao final da viagem", ressalta, recomendando também aplicativos para fazer os registros ou mesmo os caderninhos.

Em relação às finanças, a maior parte dos pesquisados têm intenção de gastar acima de R\$ 2 mil com as férias de verão.

Os valores, em geral, serão divididos entre os viajantes ou pagos integralmente por uma única pessoa. Independentemente disso, o orçamento será utilizado, especialmente, para alimentação e passeios.

Do total de entrevistados, 63% disseram que costumam comparar preços de passagens, reservas ou hospedagens antecipadamente.

De acordo com a especialista, o planejamento deve ser a chave para evitar prejuízos.

"Quem começa a economizar, estudar os passeios e já fazer compras dos ingressos e passagens de forma antecipada, tem ainda mais tranquilidade para aproveitar as viagens sem dores de cabeça", salienta Clara.

Sobre planejamento, o presidente da Abav- RS entende que a contratação de uma agência auxilia a administração de alguns problemas que podem eventualmente ocorrer, como cancelamentos e remarcações. Dessa forma, os viajantes têm mais segurança e menos prejuízos.

Em relação aos imprevistos, o economista, professor da Escola de Negócios da Pucrs Gustavo Inácio de Moraes indica que os consumidores considerem os gastos emergenciais. "Às vezes, você está na estrada e fura um pneu e isso acaba ocasionando uma despesa extra com mecânico.

Apesar de não acontecerem com frequência, é importantes que essas despesas estejam no orçamento", observa.

Destinos internacionais merecem atenção

Para aqueles que pretendem fazer viagens internacionais nas férias, é muito importante ter atenção a várias especificidades.

O economista Gustavo Inácio de Moraes sugere que os turistas estipulem um limite de gastos para não extrapolar o que pretendiam do orçamento.

"Quando viajamos, somos muito tentados aos presentes e aos souvenirs, mas tem que ter cuidado com isso e saber qual o limite", orienta. Fazendo a troca da moeda com antecedência, também é mais fácil identificar o montante disponível e também não ficar sujeito à variação cambial.

"O uso de cartão pré-pago e de dinheiro físico são boas opções", detalha.

Na avaliação dele, fazer o câmbio na primeira metade do ano costuma ser mais vantajoso para os brasileiros. "Em 18 anos, nos últimos 20 anos, o primeiro semestre costuma ter o real mais valorizado em relação ao dólar. Isso porque os contratos da safra agrícola de verão são finalizados e tem mais dólar disponível no mercado e também tem entrada de recursos de firmas multinacionais. Quando elas vão fazer um investimento em uma fábrica, por exemplo, acabam fazendo esse investimento na economia brasileira tipicamente no primeiro semestre", explica. No segundo semestre, por outro lado, ocorre o contrário, há entrada de importados no mercado nacional em maior volume, em virtude da chegada do Natal, da compra de presentes, deixando o real mais desvalorizado. No mesmo período, aumenta a procura por viagens.

"O brasileiro é habituado a fazer as coisas de última hora e, fazer de última hora, no caso de viagens internacionais, acaba saindo mais caro", diz.

Outro detalhe de atenção é identificar o motivo da viagem e as prioridades de cada viajante na hora de fazer o planejamento.

"Se for passeio, talvez não seja preciso investir tanto em acomodações muito caras", destaca.

Para as viagens de negócios, ou de estudos menos voltadas ao lazer e mais focadas na profissão, pode ser interessante privilegiar a localização em regiões de centro de interesse. "Esse balanço entre passeio e descanso precisa ser pensado antes de cotar as instalações onde se hospedar", define.

Moraes também aconselha calcular as vantagens de utilizar veículos alugados em percursos longos. "A locação pode ser aconselhada quando você vai cobrir grandes distâncias e fica mais suscetível a problemas mecânicos. Essas empresas contam com assistência técnica especializada e os veículos passam por revisões específicas", explica. Além disso, usando esse tipo de carro, o condutor preserva o seu patrimônio. Outra dica é pensar, ao longo do ano, no acúmulo de milhas, tanto do uso de cartão de crédito como de companhias aéreas. "Escolhendo os voos antecipadamente e em horários alternativos, é muito vantajoso", ressalta.

O economista observa que o período de férias de verão é tradicionalmente uma época em que os orçamentos das famílias são muito pressionados. Há despesas com **impostos**, com materiais escolares,

entre outras demandas.

Por isso, é justamente nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, que é necessário se preparar para todos esses pagamentos para que nada impeça de usufruir do momento de folga para conhecer novos lugares, descansar, encontrar amigos e familiares. Se pegar a estrada ou a ponte aérea, planejamento é sempre bem-vindo.

Economista sugere estipular um limite a ser gasto na viagem e não ficar tentado às compras de presentes e outros itens.

DICAS DOS ESPECIALISTAS

Comparar preços.

Fazer uma poupança antes das férias.

Planejar com antecedência.

Considerar imprevistos enquanto está fazendo orçamento.

Ao longo do ano, organizar pontos de cartões de crédito ou de companhias para reverter. em milhas de passagens aéreas.

Anotar todos os gastos antes e durante a viagem.

Limitar um orçamento para as compras de viagens e para souvenirs.

Trocar moeda estrangeira antes da viagem. O primeiro semestre costuma ser mais vantajoso para os brasileiros fazer o câmbio.

Considerar locação de veículos, dependendo da distância.

Site: https://cdn-cpovo.sflip.com.br/temp_site/issue-122915b6774a4467be946ddae541af52.pdf